

Bancos apóiam plano da renegociação

Uma boa tática. É como os banqueiros estrangeiros estão encarando as recentes declarações do governo brasileiro, no sentido de que o País não vai solicitar dinheiro novo, no decurso da rodada de negociação da dívida externa que ora se inicia. No entender dos representantes de bancos internacionais, o desempenho da economia assegura ao Brasil uma posição mais fortalecida, especialmente no que se refere à conquista de algumas facilidades, pelo menos próximas às obtidas pelo México. Os prazos melhores e taxas mais reduzidas alcançadas pela nação mexicana deverão, no mínimo, servir de base à discussão da fase III, prognosticam os banqueiros.

A ambiência propícia à renegociação da dívida externa é atribuída, em especial, à significativa redução do déficit em conta corrente, que este ano deverá situar-se entre US\$ 1 e US\$ 2 bilhões. Isso ocorreu em virtude do superávit na balança comercial — estimado em US\$ 9 bilhões inicialmente, mas que deverá atingir algo em torno de US\$ 12 bilhões — além da redução na conta de outros serviços (basicamente no que tange aos fretes).

No início deste ano, as expectativas mais otimistas davam conta de que o déficit em conta corrente para 1984 estaria próximo a US\$ 5 bilhões. Tal resultado já era considerado auspicioso, tendo em vista que em 1982 esse déficit chegou a cerca de US\$ 15 bilhões.

Por outro lado, o declínio dos juros internacionais também representam um alento — embora nada faça supor que essa queda se mantenha. O aumento no nível das reservas brasileiras? em decorrência do superávit comercial maior — estão previstas em US\$ 6 bilhões até o final de 1985 — e a diminuição em termos de dependência do petróleo externo — além da tendência atual de queda nos preços — representam outros fatores positivos, apontados pelos banqueiros internacionais.

Em termos de fase III, existem — de antemão — alguns pontos, em torno dos quais certamente a grande maioria dos banqueiros encontra-se de acordo. O primeiro deles diz respeito à diminuição dos spreads — em quanto, alegam é difícil precisar no momento. Um acordo plurianual é também visto com bons olhos por

eles (no mínimo por três anos), além de uma redução ou extinção das taxas de abertura (flat fees) e comissões.

No que concerne aos juros, os banqueiros tendem a consentir em uma redução, desde que essas taxas sejam variáveis e os reajustes automáticos. Eles não aceitam falar em juros fixos, sob a alegação de que sua captação ocorre sempre a taxas variáveis. No entender das fontes, não há consenso em termos de se admitir a capitalização dos juros. Da mesma forma, ponderam que a dilatação dos prazos acima de dez anos ultrapassaria o âmbito de um banco comercial.

Fica no ar a questão relativa à solicitação ou não de recursos novos, "uma opção a cargo do governo brasileiro". Não pedindo, a renegociação se torna mais simples e mais rápida, contando com a adesão de maior número de credores — os quais, tenderiam a ver o Brasil sob um ângulo melhor. Por outro lado, se o Brasil vir a necessitar de dinheiro novo em 1985, poderá sacá-lo das reservas, sublinham os banqueiros, embora tornando o País mais vulnerável ao longo das próximas renegociações.

4 NOV 1984